

Audiodescrição



Audiodescrição

Audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia a compreensão e a participação das pessoas com deficiência visual. Esse recurso consiste na tradução das imagens em palavras, por meio de uma descrição objetiva, que em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral do conteúdo.

Na televisão brasileira a audiodescrição é obrigatória, desde 2011. Hoje os canais são obrigados a exibir no mínimo seis horas por semana de programação com esse recurso.

A audiodescrição é o recurso que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual em cinema, teatro e programas de televisão. No Brasil, segundo dados do IBGE, existem aproximadamente 16,5 milhões de pessoas com deficiência visual total e parcial, que encontram-se excluídos da experiência audiovisual e cênica.

A acessibilidade nos meios de comunicação é um tema que está em pauta no mundo todo. Os esforços neste sentido visam não apenas proporcionar o acesso a produtos culturais a uma parcela da população que se encontra excluída, como também estabelecer um novo patamar de igualdade baseado na valorização da diversidade.

Apesar de parecerem completos, os meios de comunicação audiovisuais têm um grande desafio: tornar a sua programação mais universal e inclusiva. Como se sabe, o conteúdo de um programa televisivo depende de uma combinação de imagem e som para criar sua linguagem específica. Mas uma grande parcela de pessoas com deficiência visual têm dificuldades de compreender a “mensagem” como um todo.

Em muitas vezes os deficientes visuais deixam de ter uma noção mais inteirada do conteúdo de uma produção audiovisual, sendo ele um programa de TV, um filme ou até um vídeo no YouTube, por não existir a audiodescrição. Este é um recurso em forma de narração descritiva durante os intervalos dos diálogos e pausas das informações sonoras, para que através da audição o ouvinte consiga imaginar e acompanhar as cenas de uma forma melhor. O audiodescritor—o narrador que transmite as informações visuais ao ouvinte—descreve ao espectador elementos como cenário, expressões faciais dos atores, mudanças de tempo, leitura dos créditos, etc.

A audiodescrição é uma técnica de tradução visual intersemiótica do meio visual para o verbal. Ou, se preferirem, transforma imagens em palavras para proporcionar e/ou ampliar o acesso de pessoas com deficiência, idosos e outros com necessidades específicas. Seja como for, é um importante recurso de acessibilidade cada dia mais utilizado no Brasil.

O uso da audiodescrição como acesso à informação por meio de seu uso na área da comunicação é tão incipiente quanto necessário. Existem poucas pesquisas acadêmicas que forneçam materiais através dos quais os profissionais da comunicação possam fazer as descrições de imagens levando em conta as peculiaridades de sua área de atuação.

Consultoria

Consultoria é a atividade profissional de diagnóstico e formulação de soluções acerca de um assunto ou especialidade. O profissional desta área é chamado de Consultor.

É um serviço de aconselhamento contratado por organizações junto a pessoas qualificadas e especialmente treinadas para lhes dar, de uma forma objectiva e independente, a possibilidade de identificar problemas gerenciais, analisar esses problemas, encontrar a seguir soluções recomendadas pela consultoria e, por fim, eventualmente, conseguir ajuda para implementação dessas soluções ", (QUINTELA, 1994)

Os serviços na atividade de Consultoria constituem normalmente reflexo da atividade profissional de diagnóstico e formulação de soluções acerca de um assunto ou especialidade.

A Consultoria pode ser prestada em qualquer área de conhecimento por pessoa ou pessoas detentoras desse conhecimento. As consultorias mais comuns são as decorrentes de profissões regulamentadas, tais como jurídicas, empresariais, econômicas, mas não exclusivamente, já que outras atividades têm revelado especialistas em assuntos não vinculados a profissões regulamentadas.

O profissional consultor pode estar ou não vinculado a uma organização específica. O consultor que se dedica totalmente a uma organização é chamado Consultor Interno (normalmente empregado desta) mas pode ter outro título formal. Aquele que presta serviços ocasionais é chamado Consultor Externo (ou Autônomo) e pode ser um empregado de uma companhia de consultoria. Muitos autores consideram apenas o segundo como Consultor efetivamente.

Muitas vezes as empresas possuem ambos os tipos de consultoria operando ao mesmo tempo. O consultor interno não vem em substituição ao externo, mas sim em complementação. O consultor interno servirá como apoio e ponto focal dos projetos de consultoria, inclusive para minimizar as desvantagens das duas condições isoladamente.

Consultoria Interna

Refere-se ao “conjunto de actividades desempenhadas pelo profissional que faz parte do quadro efectivo de empregados da organização. Ele mantém, portanto, um vínculo contratual com a organização, ainda que tal posição ou cargo na arquitectura existente se mostre secundário” (LEITE et al, 2005).

Consultoria Externa

Refere-se ao facto de que “a relação Consultor– Cliente tem prazo determinado de duração e o profissional não pertence aos quadros, não mantém nenhum vínculo contratual formal, nem subordinação funcional, a rigor, de um tipo de parceria” (LEITE et al, 2005).

O Consultor externo é como parte integrante da empresa não tendo no entanto o poder de decisão final.

Os quatro primeiros passos: “Forme a equipe”, “Pesquise o produto”, “Planeje a produção” e “Estude o material” dizem respeito à pré-produção dasADs. Do quinto ao nono passo: “Escreva o roteiro”, “Ensaie a audiodescrição”, “Grave em estúdio”, “Module a fala” e “Acompanhe a audiodescrição” trata-se do processo de produção do recurso.

E, do décimo ao décimo segundo passo: “Apresente para o consultor”, “Avalie e aprenda” e “Divulgue a audiodescrição” diz respeito à pós-produção e finalização do processo.

Diante das raras publicações sobre audiodescrição no Brasil e das necessidades cada vez mais prementes de uso do recurso nos meios de comunicação, creio que seja uma leitura fundamental para todos aqueles que desejam ser profissionais mais inclusivos em suas práticas cotidianas. Além disso, a leitura é agradável e condizente com o público-alvo a que se destina.

Uma equipe ideal, em termos de sala de aula, é composta por:

- a) editor,
- b) roteirista,
- c) narradores,
- d) consultor.

O editor é aquela pessoa que ficará responsável por todo o processo; desde o cumprimento das metas até a qualidade editorial do produto.

O roteirista é quem fará a tradução das imagens por palavras. É quem toma as decisões tradutórias e escreve as imagens para elaborar o roteiro, pensa a estrutura da AD dentro de determinada produção cultural, redige o texto, calcula o tempo e os espaços que a AD poderá ser inserida.

Os narradores são aqueles que realizam a locução do roteiro, observando a entonação, a velocidade e a modulação da voz com o objetivo de torná-la a mais adequada possível para a compreensão do público.

O roteirista e o narrador podem ou não ser a mesma pessoa.

E o consultor em audiodescrição, por fim, deve ser uma pessoa com deficiência visual – cega ou com baixa visão – que avalia a pertinência e a qualidade do roteiro da audiodescrição, ele irá avaliar o produto.

Essa função é considerada fundamental no processo da AD, mesmo no contexto de laboratório. Não basta ter deficiência visual para ser consultor de AD, assim como os roteiristas, os consultores devem ter cursos que os habilitem e capacitem para essa função, precisam ter preparo e qualificação.

Caso não seja possível ter uma pessoa com deficiência visual ou cega na equipe, propomos que algum estudante vende seus olhos e tente perceber se a fala dos narradores efetivamente consegue passar todos os elementos necessários para a compreensão de uma pessoa que não possa ler o texto.

A audiodescrição vai muito além da descrição de informações percebidas pela visão. Esse recurso exige que questões técnicas e linguísticas sejam observadas.

O audiodescritor deve ter habilidades linguísticas para descrever o que está vendo, ser objetivo e ético. Também é fundamental que siga uma trajetória lógica para que o ouvinte entenda da melhor forma possível.

É importante utilizar um vocabulário rico para traduzir as diferentes ações que estão ocorrendo e fazer uso de uma entonação de voz correta, com pausas bem marcadas, contribuindo, assim, para a produção de sentidos e para um bom entendimento daquele que está usando o recurso da AD.

O audiodescritor, portanto, será a ponte entre a imagem não vista e a imagem construída por meio das palavras, da entonação e das referências sonoras, conduzidas e esculpidas na imaginação de quem as ouve.

Antes de o produto final ser disponibilizado, é importante mostrá-lo ao consultor em AD, profissional qualificado que irá avaliar o produto. O objetivo, aqui, é observar se a tradução foi feita de forma adequada, ou na falta deste, outro estudante poderá escutar o material e apontar o que está bom e o que tem que ser melhorado em termos de audiodescrição.

Publicizar o resultado para que o maior número de pessoas tenha conhecimento dele. Pode-se veicular em sites convencionais e blogs usados em disciplinas, dentre outros. A definição dos softwares, e usabilidade dos mesmos, a serem veiculados nos ambientes digitais é fundamental nesse sentido.

Procurem divulgar o produto audiodescrito para o público das associações, escolas e ONGs nas quais atuem pessoas com deficiência visual, por meio de contato direto com essas entidades. Isso ampliará o acesso e permitirá receber retorno da avaliação do público principal.

A partir de meados do século XX, com a popularização do cinema, do rádio e da TV, a produção e o recebimento de informações foram substancialmente alterados e ampliados, se não inaugurando, consolidando a chamada “era das telecomunicações”.

Como mostra Denis Moraes na apresentação da coletânea Sociedade midiaticizada, vivemos em meio a “redes, sistemas e circuitos [que] tecem um emaranhado de imagens, sons, efeitos especiais, palavras e discursos que subverte cronologias e lugares”; vivemos, ainda segundo o autor, em uma “sociedade saturada de impactos audiovisuais e acessos desiguais a tecnologias e conhecimentos” (2006: 10-11) — em poucas palavras, é na cultura do audiovisual que vivemos hoje.

A audiodescrição é a transformação de imagem em texto, transformação essa que primeiramente se dá como escrita de um texto denominado “roteiro”, o qual, posteriormente, passará pelo processo conhecido como “narração”, isto é, a leitura do roteiro para o público-alvo.

A AD é realizada em produtos audiovisuais como peças teatrais, cinema e televisão, e em produtos só visuais, como por exemplo quadros e esculturas expostos em museus. O principal objetivo da AD é tornar esses eventos

culturais acessíveis aos deficientes visuais — conceito que abrange pessoas cegas e com baixa visão, congênita ou adquirida. Também se beneficiam desse recurso pessoas com deficiência intelectual e dislexia

A AD é um recurso de acessibilidade que traduz o visual em verbal, ampliando o entendimento das pessoas com deficiência visual, garantindo a inclusão dos cegos na educação, no entretenimento, no lazer, na comunicação e na informação.

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Dessa forma, este recurso se insere como um meio de promover e assegurar a inclusão dos cegos

A presença cada vez mais constante de pessoas com deficiência visual, circulando com suas bengalas brancas ou, em menor número, com cães guia, em espaços culturais, como teatros, museus, centro de exposições e casas de shows tem chamado atenção do público em geral, provocado dúvidas e indagações.

O aumento e formação dessa nova plateia que tem acesso às informações, cultura, artes cênicas e cinema por meio das palavras, deve-se à audiodescrição, recurso de acessibilidade comunicacional, também considerada uma modalidade de tradução intersemiótica que transforma o visual em verbal, ampliando significativamente o entendimento, promovendo a inclusão, autonomia e a participação em igualdade de condições.

Quando as luzes do teatro se apagam, acende-se uma luzinha na cabine acústica e intensifica-se a atividade do audiodescritor. É ele o responsável por fazer chegar à pessoa com deficiência visual a magia da arte, em peças teatrais, espetáculos de dança, circo, musicais, shows, filmes e outros. As histórias de amor, vingança e morte, as intrigas e juras de amor tão bem retratadas nas óperas; os movimentos delicados e altamente técnicos do ballet clássico; a alegria dos musicais; a graça das comédias; a tensão dos dramas, tudo isso pode ser conhecido e compreendido por pessoas com deficiência visual. São sempre muito relevantes os depoimentos que recebemos sobre o trabalho, sobre a importância de ser os olhos do outro.

A cultura foi um importante cenário de reivindicação de direitos e a luta pela acessibilidade nesses ambientes segue sendo uma das prioridades para esses grupos. Participar da vida social e cultural em igualdade de condições é fundamental tanto para o incremento de informações quanto para o processo de fruição artística. Isso só é possível em sua plenitude na medida em que existam recursos que contemplem as especificidades dos sujeitos.

Com a evolução e a constituição de um mercado – ainda que incipiente – para a AD, há uma grande demanda por profissionais bem preparados e experientes para atuar na área. Dentro de uma equipe de audiodescritores fazem-se presentes diferentes profissionais. É importante conhecermos cada um deles, compreender suas atribuições e especificidades. Dentro da equipe de AD, existe o audiodescritor roteirista, o audiodescritor narrador e o consultor. O roteirista é o profissional que faz a tradução das imagens e estímulos sonoros, que não se pode compreender, para palavras.

É quem toma as decisões tradutórias e descreve as imagens para elaborar o roteiro, pensa a estrutura da AD dentro de determinada produção cultural, redige o texto, calcula o tempo e os espaços em que a AD poderá ser inserida. O audiodescritor narrador é aquele que realiza a locução do roteiro, observando a entonação, a velocidade e a modulação da voz a fim de torná-la a mais adequada possível para a compreensão do público.

O roteirista e o narrador podem ou não ser a mesma pessoa, já que em alguns casos ocorre a acumulação das funções pelo mesmo profissional. O consultor em AD é necessariamente uma pessoa com deficiência visual – cega ou com baixa visão – que avalia a pertinência e a qualidade do roteiro de audiodescrição. Ao analisar o roteiro, sugere alterações quando houver algum erro ou imprecisão, podendo também orientar sobre o uso de alguma palavra ou conceito mais pertinente e de fácil compreensão por parte dos usuários.

O consultor é aquele que realiza o controle de qualidade do produto a partir do ponto de vista dos usuários do recurso. O ideal é que esteja presente em todas as equipes de produção de AD, atuando junto com os demais profissionais em todas as etapas de trabalho, desde a concepção do projeto até a realização do produto final.

Cada consultor estabelece um método de trabalho específico com a equipe para quem realiza os serviços. Mesmo assim, a situação ideal é quando nós consultores temos acesso ao projeto desde seu princípio, e que exista um diálogo franco com o roteirista, que precisa estar sempre aberto a receber as observações do consultor que permitem a melhoria da qualidade dos roteiros de audiodescrição.

A audiodescrição (AD) é um dispositivo linguístico desenvolvido para atender as necessidades das pessoas com deficiência visual (PcDVs), quer cegas ou com baixa visão, favorecendo-lhes a acessibilidade a produtos (audio)visuais e contribuindo, assim, para o seu empoderamento, especialmente como fruitoras de arte. A AD é estudada no âmbito da Tradução Audiovisual Acessível³ (TAVa), vinculada à Tradução Audiovisual (TAV), e tem como proposta descrever, em roteiros previamente escritos a serem lidos por locutores, as informações apreendidas visualmente, as quais – no caso específico de filmes,

por exemplo –, não são contempladas nos diálogos e diversos efeitos sonoros que integram a produção.

No Brasil, a acessibilidade é lei. O item D do artigo 2º da Lei 1.098, de 2.000 menciona a necessidade da eliminação do “obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa”. Já o Decreto Federal 5.296 de 2004 considera em seu oitavo artigo que “ acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Ademais, o artigo 63, da Lei 13.146/2015, destaca que é Infelizmente, ainda é muito comum as pessoas se surpreenderem com cegos que estudam, trabalham, se deslocam pelas cidades e levam uma vida absolutamente autônoma. O estranhamento social faz parte do que Ramos (2010) chama de “mitos cristalizados”.

Esses mitos seriam as ideias enraizadas na sociedade de que a pessoa com deficiência é limitada, incapaz e inferior às demais sem deficiência. Spelta (2009) afirma que a “nossa visão de realidade é sempre distorcida, pois tendemos a nos aproximar e conhecer somente aquilo que nos é semelhante”. Essa forma autônoma, que ainda gera espanto é totalmente possível graças à oferta de recursos de acessibilidade. Segundo a ABNT 9050, acessibilidade é a: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

A audiodescrição é um dos recursos de acessibilidade comunicacional. Ela é modalidade intersemiótica que transforma o visual em verbal. Essa tecnologia assistiva amplia o entendimento e o acesso à cultura e informação de pessoas cegas e faz com que elas sejam incluídas em todas as áreas da sociedade.

As vantagens da audiodescrição não estão limitadas somente às pessoas com deficiência visual. Sabe-se hoje que o público-alvo da audiodescrição tem sido ampliado. Seja pelo aumento no número de pessoas cegas no Brasil, ou pela experiência com outros públicos, como pessoas idosas, disléxicas e com de síndrome de Down. Portanto, é possível dizer que novos públicos da AD serão formados, “para todos aqueles com dificuldades de compreensão de audiovisuais e leitura de textos contidos em imagens” (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

A audiodescrição é a tradução de impressões visuais em palavras, com o objetivo primordial de promover o acesso de pessoas cegas ou com baixa

visão a todo e qualquer produto ou atividade cultural, artística, didática ou de entretenimento.

É importante salientar, ainda, a intenção de promover a acessibilidade, delimitando, dessa forma, o público alvo da audiodescrição e o critério fundamental para a efetivação da tradução, qual seja estabelecer a equivalência das condições para apreciação de uma obra por parte de espectadores cegos e videntes. Tal equivalência depende da compreensão do audiodescritor acerca dos elementos cinematográficos que compõem uma narrativa traduzível em palavras.

Uma vez que a audiodescrição deve ser adequada ao estilo fílmico que se propõe a traduzir, é coerente considerar que a audiodescrição de um filme de terror faça uso de um estilo narrativo bastante distinto daquele utilizado em um romance ou em uma comédia. A definição do estilo apropriado é baseada no fato de que as imagens podem ser lidas e que os filmes podem ser comparados a livros, em função de exigirem processos de decodificação muito semelhantes.

A busca pela equiparação de condições entre espectadores com e sem deficiência visual na apreciação de um filme de comédia demonstra a necessidade imperiosa de uma definição de critérios para a produção de roteiros e locuções que preservem o caráter humorístico da obra. A verdadeira acessibilidade não se restringe à transmissão de informações a respeito das cenas, mas à experiência de sensações e emoções análogas. Ou seja, a audiodescrição de um filme de comédia só cumpre seu papel quando leva o espectador cego a rir, nos mesmos momentos e com a mesma intensidade dos espectadores videntes.

O fato de que a linguagem é responsável por definir o estilo da obra é consenso entre os audiodescritores. No entanto, isso não é suficiente. Um roteiro leve e uma locução sorridente podem definir o tom da comédia, porém não levam ao riso. A dificuldade encontra-se, justamente, na efetivação da graça. Da mesma forma que a tradução de poesia exige que se faça poesia e a tradução de um provérbio ou um trocadilho exige sempre uma equivalência, a tradução de impressões visuais cômicas precisa produzir efeito semelhante àquele produzido pela imagem em si.

Através da descrição de personagens, figurinos, cenários, entre outros elementos visuais, ela auxilia o entendimento do enredo de filmes e peças teatrais. Além disso, a descrição de quadros e peças de museus permite que o deficiente visual forme a imagem do quadro ou da peça em sua mente, caso não lhe seja possível tocar na peça.

Este recurso de acessibilidade, tanto no teatro como em filmes e museus, já pode ser encontrado em alguns países, como Alemanha e Estados Unidos. No Brasil, o mais comum é encontrá-la em filmes.

O menu falado permite a audionavegação através dos botões do menu, guiada ou auxiliada por várias faixas de áudio. Cada botão tem seu equivalente como faixa de áudio a qual é acionada quando o botão equivalente a ela é selecionado. No mercado já existem diversos títulos de DVD disponíveis com a AD, mas nem todos possuem o menu falado. No Brasil o único conhecido até o momento é o DVD do filme Irmãos de Fé (2004).

Outros exemplos de títulos lançados com este tipo de recurso são: O Nascimento de Cristo (Portugal, 2007), Atrás das Nuvens (Portugal, 2007), Torrente 3: El Protector (Espanha, 2005), Mortadelo y Filemón Filemón – Misión: Salvar la Tierra (Espanha, 2008), Doraemon y Los Caballeros Enmascarados (Espanha, 2007). Além de existirem pouquíssimos DVDs com este tipo de menu, há uma total falta de padronização nos poucos existentes. Por exemplo, em alguns os avisos sobre direitos autorais no início da reprodução do DVD não são falados, em outros sim.

Há casos em que o nome do filme é dito assim que os menus são acessados, já outros apenas com o início do filme o título é falado e às vezes o deficiente visual assiste ao filme inteiro sem saber o título

A escola como locus de construção de saberes e de formação de cidadãos precisa preparar docentes que sejam capazes de fazer a leitura desse mundo caoticamente imagético e de ensinar seus alunos a fazê-lo. Além disso, no contexto escolar, filmes, cartazes, eventos, os livros didáticos repletos de fotografias, charges, desenhos, gráficos, tabelas, mapas, tirinhas e histórias em quadrinhos, fazem sistematicamente parte da rotina pedagógica.

Tanto as imagens estáticas como as dinâmicas são utilizadas não somente para ilustrar, chamar a atenção e tornar as aulas mais atraentes, mas também para complementar o entendimento do texto, do tema em estudo e torná-los mais facilmente compreendidos ou assimilados. Todas têm significado, daí a necessidade de fazer a leitura e traduzi-las em palavras, considerando principalmente a diversidade de alunos em sala de aula e as possíveis barreiras comunicacionais.

A diversidade obriga escolas e professores a repensar a dinâmica de sala de aula, a introduzir novas ferramentas que possam colaborar para o sucesso de tarefas, dentre elas a tarefa de promover o acesso a esse universo repleto de imagens para todos os alunos, incluindo alunos com deficiência visual, alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos que não conseguem compreender aquilo que leem, para despertar a curiosidade e ampliar sua visão de mundo. Aprender a ler imagens pode colaborar para a formação de alunos mais

críticos, mais capazes de compreender os aspectos culturais, históricos e sociais contidos nas informações visuais. Aprender a ler imagens terá um impacto na leitura do próprio texto.

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar.

Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros.

O uso do recurso tem sido cada vez mais frequente em espetáculos (peças de teatro, musicais, espetáculos de dança, espetáculos de circo, shows, stand ups, óperas e outros), programas de televisão, produtos audiovisuais, livros, publicações online, eventos sociais (casamentos, batizados e chás de bebê) e exposições em museus, principalmente nos grandes centros, sendo responsável por um movimento de inclusão cultural. Pessoas cegas e com baixa visão também podem ser consumidoras de cultura, desde que sejam respeitadas em seus direitos de acessibilidade comunicacional.

Quem assiste a um espetáculo, evento, produto ou programa de TV com audiodescrição percebe como é bom ter acesso às informações que as pessoas que enxergam têm, sente-se respeitado e incluído. Passa a reivindicar o recurso em outros produtos, programas, eventos ou espetáculos e a compor um novo público consumidor de cultura que tem acesso à arte, informação e cultura por meio das palavras.

Mesmo as pessoas sem deficiência têm notado que o recurso aumenta o senso de observação, amplia a percepção e o entendimento, mostra e desvela detalhes que passariam despercebidos. Pessoas com deficiência visual que perderam a visão depois de adultos afirmam que a audiodescrição devolve o prazer de assistir a espetáculos audiovisuais. Sentem-se incluídas, respeitadas, em igualdade de condições para discutir com outras pessoas. Além da ampliação do entendimento, expandem-se também o repertório cultural, o conhecimento de mundo, as oportunidades para refletir, tecer ligações com experiências já vividas.

Em peças teatrais, espetáculos de dança, circo, óperas, shows, musicais e outros, a audiodescrição é sempre feita ao vivo, usando para isso os mesmos equipamentos de tradução simultânea, fones de ouvido e receptores. A informação sonora é transmitida pelos audiodescritores de dentro de uma cabine acústica, com um roteiro previamente preparado, estudo sobre o tema e

terminologia, inserida preferencialmente entre as falas dos personagens ou pausas do espetáculo. Em filmes e outros produtos audiovisuais, a audiodescrição poderá ser gravada em estúdio, mixada e inserida na trilha original, respeitando as falas de personagens ou narradores, evitando a sobreposição.

Em alguns congressos, seminários, ciclos de palestras e outros eventos acadêmicos, a audiodescrição também já vem sendo utilizada, enfatizando a preocupação com o direito das pessoas com deficiência de acesso à comunicação e à informação. Nestes eventos, são audiodescritas imagens de slides, vídeos, a caracterização dos palestrantes, o auditório e o registro da presença de convidados e autoridades. As pessoas com deficiência visual recebem receptores e fones de ouvido e podem, dessa maneira, escutar a audiodescrição que é inserida, preferencialmente, em momentos de pausa do palestrante ou em momentos em que a sobreposição de falas não comprometa o entendimento.

Em museus, telas, esculturas e outras obras de arte, núcleos multimídia, instalações, mesmo que não possam ser tocados, poderão ser apreciados se a audiodescrição for utilizada, o que será essencial para o conhecimento do ambiente com suas características arquitetônicas, bem como do histórico e especificidades técnicas das obras expostas, além de ser também complemento para o entendimento de maquetes e mapas táteis. É importante ressaltar que as informações fornecidas pelo tato serão mais significativas e, por conseguinte, melhor compreendidas se contarem com a mediação da linguagem verbal.

A audiodescrição em museus poderá ser gravada em audioguias ou feita ao vivo por monitores. O audioguia é um sistema de locução para visitas em museus, centros e monumentos históricos, centros culturais e outros, já usado há bastante tempo em museus da Europa para permitir a todo visitante uma visitação informada e autônoma.

Antigamente, os audioguias eram gravados em fitas cassete e hoje são gravados em aparelhos de iPod que têm mais recursos de navegação, além de serem menores e anatômicos. Um audioguia com audiodescrição contém mais informações descritivas, que permitirão a visualização do local, das obras de arte e monumentos lá expostos.

É, portanto, necessário conhecer e aplicar na escola os recursos que já vêm sendo usados em outros contextos para a remoção de barreiras comunicacionais. Isso não quer dizer será obrigatória a presença de um audiodescritor na escola, como acontece com os intérpretes de língua de sinais. O argumento que defendo é que o conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que sem dúvida poderá contribuir para o

enriquecimento do agir pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão, além de alunos com deficiência intelectual, alunos com dislexia, com déficit de atenção, autistas e, mesmo, alunos sem deficiência. As escolas têm avançado em termos de recursos e formação de seus docentes.

Há uma mobilização em busca de cursos e oficinas que discutam especificidades das deficiências, adaptações e tecnologias assistivas. Cada vez mais as jornadas pedagógicas de escolas públicas e particulares, semanas de planejamento e reuniões pedagógicas têm incluído em suas pautas temas ligados à inclusão de alunos com deficiência.

A audiodescrição, certamente, poderá ser um instrumento de mediação e muito poderá colaborar para que os alunos façam inferências, deduções, e cheguem a conclusões, possibilitando uma participação mais completa nas múltiplas atividades escolares. É através da construção e exercício da linguagem, que a criança interpreta as informações que chegam até ela pelos diversos caminhos perceptuais.

E é pela mediação do outro que ela percebe e imprime significados a essas informações, dentro de um contexto social e cultural (Vygotsky, 1999). Não é, portanto, apenas através dos olhos, dos ouvidos e das mãos em contato com os objetos, que tomamos contato e conhecimento do mundo, mas sim quando associamos e aprendemos os significados atribuídos aos símbolos e códigos social e culturalmente construídos.

A visão, como apontado por Sá, Campos e Silva (2007), nos possibilita conhecer o ambiente, as pessoas que lá estão em uma fração de segundos. Uma infinidade de estímulos chegam até nós pela visão, tais como formas, tamanhos, cores, dimensões, disposição do mobiliário, o estado de conservação, a caracterização das pessoas, as expressões fisionômicas, os gestos. Alunos com deficiência visual poderão ter algumas dificuldades com o reconhecimento do ambiente escolar e com algumas atividades em sala de aula que privilegiem as imagens, o que pode gerar medo, insegurança e desmotivação.

Cabe ao professor promover oportunidades de interação e socialização, usando a audiodescrição como uma das ferramentas, incentivando também os colegas a serem mediadores na tradução das imagens em palavras.

Como sugestão de atividade, em salas com alunos com deficiência visual, todos os alunos poderão percorrer a escola em pares, sendo que um estará vendado. Esta atividade, que poderá ser realizada desde o ensino fundamental até a universidade, com variação dos tipos de perguntas a serem feitas para os alunos e possíveis desdobramentos, objetiva apresentar a escola, o que será essencial para o ir e vir com autonomia e independência. Para os alunos que

enxergam, a atividade objetiva desenvolver o senso de observação, ampliar o acervo de palavras e desenvolver a fluência verbal. Além disso, pretende proporcionar conhecimento sobre a escola e motivação para discutir temas relacionados à acessibilidade arquitetônica, comunicação acessível, reciclagem de lixo, vida na comunidade e outros.

A atitude do professor será, portanto, determinante para o comportamento e as reações do grupo para com o colega com deficiência. Incentivar os alunos a fazer pesquisas e levantar dados sobre o tema, visitar espaços acessíveis, trazer notícias divulgadas pela mídia, tudo isso pode ser explorado em sala de aula em diversas disciplinas e não como um tema à parte.

Isso será fundamental para que hoje e no futuro os alunos possam ter uma visão mais humana e acessível do mundo em que vivem, preocupando-se nos espaços que convivem e em suas futuras profissões em como transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo, mais pacífico e amoroso.

A audiodescrição começa a engatinhar no Brasil. Mesmo com o decreto da obrigatoriedade de, no mínimo, duas horas semanais de conteúdo audiodescrito nas emissoras de sinal aberto, a medida ainda não é o bastante para a real inclusão dos deficientes visuais à sociedade. Apesar de a programação televisiva auxiliar no crescimento da acessibilidade, não podemos esquecer que há outro lugar onde esse recurso é ainda mais importante e essencial para o desenvolvimento do ser humano: o ambiente escolar.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e as Tecnologias Assistivas (TA), contribuem significativamente para a universalização do ensino, fomentando e promovendo novas possibilidades de relacionamentos interpessoais e novas metodologias educacionais. O espaço, antes físico, cede lugar ao virtual, em que as relações acontecem à distância.

A tecnologia facilita a vida das pessoas sem deficiência, e permite às pessoas com deficiência um arsenal de atividades possíveis, inclusive acesso à Educação à Distância (EaD). A universalização do ensino e a promoção da educação, só serão efetivadas, quando for assegurado o “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência”, o que é expressamente defendido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Busca-se, portanto, apresentar e discutir a importância da audiodescrição como recurso de tecnologia assistiva na promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior, modalidade à distância.

Com base em referências teóricas já publicadas, busca-se responder à problemática “Como promover a inclusão social e digital da pessoa com deficiência visual no ensino superior na modalidade à distância?” Para isto, aborda-se: o contexto da deficiência no Brasil; a legislação e a inclusão da

pessoa com deficiência e; tecnologia assistiva. Por fim, apresenta-se uma análise da audiodescrição propondo-a como recurso assistivo eficiente que permite acessibilidade total da pessoa com deficiência visual aos materiais didáticos adotados na EaD.

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite audiodescrever imagens – transformar o visual em sonoro e, assim, promover a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual em diversos ambientes. Motta (2011, p. 1) afirma que “é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos [...] por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal”. Isto ocorre, pois proporciona à pessoa com deficiência visual preencher lacunas deixadas pela ausência da visão, contudo, como recurso de acessibilidade, nota-se que este tem sido adotado mais nos grandes centros, principalmente no que se refere à cultura e lazer.

Para Motta (2011) o recurso é uma maneira de atender à legislação que outorga à pessoa com deficiência visual ter acesso à informação e à comunicação. Ainda para a autora, a audiodescrição como prática pedagógica requer que os profissionais envolvidos no processo ensino e aprendizagem conheçam o recurso e sejam agentes multiplicadores dessa prática, de modo a promovê-la entre os alunos com deficiência visual, como também entre os sem deficiência.

Não podemos negar que vivemos em um mundo visual, onde conteúdos imagéticos influenciam a percepção e tomada de decisão das pessoas. No processo de ensino e aprendizagem dos alunos em geral, tais conteúdos exercem um impacto relevante e, em muitos casos, determinante. Isso porque, no processo educativo, as imagens, sejam elas estáticas (gráficos, figuras, esquemas, mapas, fotos) ou dinâmicas (vídeos, animações, games) contribuem para o entendimento das matérias, auxiliando no processo de compreensão e assimilação. As informações que os alunos acessam pelo canal sensorial visual auxiliam no processamento da mensagem recebida, seja por meio do livro didático, da lousa ou de outros materiais. Porém, quando o aluno possui deficiência visual, é preciso estimulá-lo por meio do canal auditivo.

A audiodescrição, inicialmente empregada em contextos culturais, tais como teatro, espetáculos de dança, museus, cinema e exposições, vem sendo reconhecida pela comunidade educacional como uma alternativa a ser utilizada no âmbito pedagógico, visando equiparar oportunidades relacionadas à atividade e participação de pessoas com deficiência na sala de aula.

No dia a dia da sala de aula, há múltiplos momentos em que a audiodescrição pode ser necessária. Por exemplo, para descrever as ilustrações de um livro didático, cenas de um filme passado para a turma, detalhes de um mapa usado

na aula de geografia, a forma estrutural de um composto químico ou um cartaz ilustrativo de um evento escolar.

Para que esse processo seja muito bem empregado é preciso que o docente se aproprie das orientações técnicas e desenvolva habilidades para audiodescrever em tempo real. Percebemos, com isso, a relevância de investir na formação de professores para o uso e aplicação dessa técnica no âmbito escolar, contribuindo para o desenvolvimento educacional inclusivo.

O artigo 59, também da LDB, garante que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno com deficiência visual que necessite de um professor de apoio que saiba BRAILE, para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

Atualmente, já se tornou uma realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola em salas de aula com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular” (BENITE, BENITE, PEREIRA, 2011, p. 48).

No entanto, mesmo estando em sala de aula, muitas vezes o aluno com necessidades especiais se sente excluído, em especial os alunos deficientes visuais por necessitarem mais ainda de acompanhamento e recursos da própria escola. Por exemplo, alunos cegos necessitam de material didático em Braille, cadeirantes precisam que a estrutura física da escola esteja preparada para recebê-los, tendo, por exemplo, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, entre outros aspectos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas da rede pública, principalmente em escolas mais afastadas dos centros urbanos, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Em uma sala de aula o professor encontra várias diferenças entre seus alunos. Alguns dominam certas habilidades, outros não, sendo que o docente assume um papel desafiador ao ter que adaptar suas aulas de acordo com a variedade de alunos. Ao se depararem com salas inclusivas, que por vezes mesclam alunos cegos ou com baixa visão, surdos e alunos que não possuem deficiência física ou sensorial, os professores sentem a necessidade de reconsiderar toda sua prática docente diante da presença de um ou mais alunos especiais em sala de aula

O desafio aumenta ao terem que lidar com alunos deficientes visuais. Todas as metodologias praticadas até então devem ser repensadas, o que exige sensibilidade por parte do professor, além de conhecimento acerca de novas estratégias que devem ser utilizadas. A comunicação gestual e a descrição de

fatos que só são percebidos através da visão, devem ser substituídos pela comunicação oral, que deve ser considerada prioridade, sempre que possível. Nenhum detalhe deve ser negligenciado, já que o aluno deficiente visual, assim como o vidente, precisa entender o contexto em que está inserido para associar o que é estudado em sala à sua realidade.

A audiodescrição é uma ferramenta de acessibilidade audiovisual para pessoas deficientes visuais. A partir de uma voz que narra os acontecimentos do filme, pessoas cegas e com baixa visão podem ter acesso ao enredo de filmes, peças teatrais, espetáculos de dança e a qualquer expressão artística audiovisual.

A audiodescrição é um recurso que pode ser utilizado como ferramenta pedagógica nas aulas, desde que consiga passar para o aluno cego a informação necessária sobre o conteúdo a ser discutido, pois assim como todos os alunos, os deficientes visuais têm suas limitações.

A escola é um ambiente de aprendizagem múltipla que constrói saberes e forma cidadãos, e portanto deve estar preparada para atender as necessidades de todos os seus alunos, portadores de deficiência ou não, e a audiodescrição é um recurso que pode auxiliar a aprendizagem de alunos cegos.

No cenário atual de constantes reflexões acerca do saber humano e das possibilidades e acessibilidade de aprendizagem, independentemente do local e de quem seja, o deficiente visual, este vem gradualmente ganhando seu espaço e sua independência no processo de ensino.

A pessoa com deficiência participa de decisões e ações a si próprio, participa de ações para melhoria das condições de acessibilidade. A atitude do professor nesse processo também é de fundamental importância. Incentivando os alunos com deficiência ao acesso desse novo método, a audiodescrição. Isso contribuirá para que hoje e no futuro se desenvolva nos alunos portadores de deficiência uma visão humanista e mais acessível do mundo em que vivem, bem como para transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo, mais amoroso e harmonioso.

Com o advento de um novo contexto da educação especial, é fundamental que o docente conheça as necessidades dos seus alunos deficientes visuais para que sua postura em sala de aula se adapte à realidade de quem não enxerga, fator que está inteiramente ligado com a visão que o professor pode ter de uma pessoa deficiente visual como aluno.

Esta visão na maioria das vezes deve ser ressignificada para que aconteçam modificações em suas atitudes como professor, tendo como principal mudança a prioridade da comunicação oral, sendo que o fornecimento de materiais adaptados não é o suficiente para um ensino significativo.

A inclusão escolar é tema de várias discussões em todo território nacional. No ensino superior, essa discussão vem conquistando espaço, e na modalidade a distância nesse nível de ensino, embora discreta, essa discussão também passou a fazer parte do estado da arte de alguns pesquisadores, como também depreendeu certa atenção de várias instituições.

É notável a necessidade de ultrapassar barreiras que estão além das adaptações físicas e arquitetônicas também no ensino superior, por isso a preocupação desta pesquisa é a acessibilidade pedagógica na modalidade a distância.

Ao iniciar um texto sobre inclusão, é comum a busca pela legislação que deve nortear as ações que se pretende desenvolver nessa área. Em relação ao ensino superior brasileiro, ainda há uma legislação em fase de construção frente ao número expressivo de documentos nacionais que norteiam o ensino fundamental, por exemplo. Nos registros do Ministério da Educação (MEC), encontram-se três principais documentos que referenciam o ensino superior: o Aviso Curricular n. 277 (BRASIL, 1996, a Portaria n. 3.284 (BRASIL, 2003) e o Decreto n. 7.611 (BRASIL, 2011)

Os demais documentos nacionais, como a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), os decretos relacionados especificamente às pessoas com deficiência auditiva e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), fazem referência à inclusão em todos os níveis de educação, porém não apontam as especificidades do ensino superior.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os recursos de acessibilidade estão em constante evolução. O grande avanço tecnológico permite que as pessoas com deficiência visual, por exemplo, tenham acesso a informações visuais de forma muito mais ampla e autônoma. Por muito tempo, as informações eram repassadas através de adaptações em relevo, no caso de imagens estáticas, e informações orais sobre imagens móveis, transmitidas por leitores, companheiros, enfim, por pessoas que se disponibilizavam em oralizar essas informações.

Na educação o recurso da audiodescrição torna-se de grande relevância para auxiliar o professor enquanto propositor de uma política de inclusão. Poderá ser útil não só em sala de aula, descrevendo os elementos que compõem o espaço físico, mas sobretudo nos materiais didáticos, gráficos, mapas, cenários

em geral, é a oportunidade que o professor tem para compreender a diversidade dos signos visuais e transformá-los em algo percebido por quem não enxerga e, conseqüentemente, por todos que exercitam a construção de esquemas mentais. Essa compreensão de que as imagens invisíveis poderão se converter em imagens visíveis deve partir de técnicas específicas e do treinamento de habilidades para que o professor não seja responsável pela interpretação subjetiva da figura, mas que permita, através da descrição, que o aluno construa suas próprias observações imagéticas.

Noções básicas de gravação, mixagem e edição de roteiro

Para tentar facilitar o trabalho de quem está começando.

Planeje – Como Tirar a Ideia da Cabeça e Colocar no Papel

Desenvolva Sua História – Além de uma boa ideia você precisa pesquisar muito

Defina o Conflito do seu filme – Elemento Básico da dramaturgia

Construa personagens consistentes dentro da curva dramática

Faça o Argumento

Desenvolva cada cena: Escaleta, a estrutura do roteiro

Escreva seu ROTEIRO

Revise

Apresente para Alguém e Faça novos Tratamentos

De grandes ideias o mundo está cheio. Mais do que uma ideia, você precisa de uma história de verdade, com um bom personagem e um excelente conflito (daqui a pouco falaremos mais sobre conflito e personagens).

O que é importante reforçar é que além da história também é importante ter bem claro para quem você está escrevendo, conhecer seu “público”, saber quem pretende atingir.

Desenhe uma estratégia e tenha em mente como torna-la efetiva para que seu projeto saia do papel.

Existem outros processos importantes que não devem ser de forma nenhuma negligenciados. São eles: o planejamento e a produção de um roteiro.

Sem essas duas etapas, seu vídeo fica sem direcionamento, sem objetivo, e pode acabar fracassando ainda durante as filmagens.

O planejamento e um bom roteiro é que vão guiar toda a produção do seu vídeo e ainda esquematizar as cenas, ordem das falas, marcar os letterings e legendas que precisam ser inseridos, os movimentos de câmera e também garantir que seu vídeo tenha uma ordem lógica, com início, meio e fim.

Quando se fala em roteiro e planejamento muita gente foca apenas nos exemplos que vemos quando se trata de filmes hollywoodianos: um documento extenso, com muitos termos técnicos, uma formatação complicada e ordens difíceis de seguir.

Porém, o roteiro deve ser feito para te ajudar na hora da gravação – e não complicar mais – e você pode desenvolvê-lo de forma simples e eficiente.

Em termos técnicos, existem algumas expressões mais técnicas utilizadas quando se trata de audiovisual e é essencial que você tenha pelo menos uma noção do que elas significam:

Off Screen (O. S.)

Off Screen é uma expressão relacionada ao som de vozes em uma cena. Ela é utilizada quando no roteiro se quer marcar uma voz de alguém que não está visível, mas está fisicamente presente na cena. Por exemplo, quando o foco está em uma pessoa na sala de uma casa, mas ouvimos uma outra gritando da cozinha.

Voice over (V. O.)

O Voice Over também é referente às vozes na cena, mas, ao contrário do Off Screen, é inserido quando ouvimos a voz de alguém que não está visível e nem presente na cena fisicamente, como um narrador, por exemplo.

Background (BG)

Em roteiros essa expressão também é mais comumente utilizada para se referir aos sons, mas pode ser usada para cenário e outras inserções. De forma bem simples, podemos dizer que background é aquilo que está no fundo, que tem menos destaque na cena em relação a outros elementos. Uma música

em background, por exemplo, é aquela que quase não se ouve e que fica realmente no fundo, dando lugar de destaque para outros elementos como a voz.

Fade

Em uma tradução literal, fade seria equivalente a esmaecer e aparece com esse sentido mesmo. Uma imagem ou som em fade in é aquele que vai aparecendo progressivamente, ficando mais forte com o tempo, e em fade out é aquele que vai desaparecendo na cena, dando lugar a outra coisa ou encerrando uma sequência.

Fazer um roteiro para vídeos é uma tarefa que pode ser bastante simples e vai facilitar sua produção se você investir em uma estrutura intuitiva e dinâmica de roteiro. Existem diversas variações do modelo de roteiro profissional, como utilizado pelas grandes produções, e você pode adotar a que se adequar mais às suas expectativas e às necessidades de seu projeto.

Todo roteiro deve ter basicamente:

Uma breve descrição das cenas e do que acontecerá entre elas.

As falas dos atores, narrações e outros sons que vão aparecer.

Indicações para a edição, como de corte, inserção de animação e legendas.

Definição do cenário.

Sugestões de encenação para os atores e de movimentos e posição de câmera para quem for gravar.

Indicações sobre a inserção de trilha e efeitos sonoros.

Texto direto

Esse modelo de roteiro se assemelha muito a um texto ou redação. Não tem mistério, a ideia é escrever tudo que vai ser dito no vídeo, independente se a pessoa falando está em cena ou se é uma narração. No texto direto, escreva exatamente como vai ser falado e ensaie a partir desse modelo, pois, com a prática, a fala se tornará mais natural e menos mecânica. É claro que não é

preciso se preocupar com decorar exatamente, palavra por palavra, o que está escrito, mas esse guia irá te ajudar muito a se focar no que deve ser dito e não se perder em outros assuntos.

Roteiro de gravação ou Roteiro Técnico

Esse modelo de roteiro também é bem simples, mas leva um pouco mais de informações do que o de texto direto. Nele, o roteiro é separado em duas colunas, a primeira contém tudo que diz respeito ao áudio do vídeo, a segunda, tudo que diz respeito à imagem.

Imagine que você irá gravar um vídeo sobre exatamente o assunto que tratamos agora, um bom roteiro.

Uma das coisas mais importantes em um vídeo é a forma como você se comunica e ela sempre deve ser totalmente pensada em função do público. Você precisa “falar a mesma língua” que a sua audiência, pois, caso contrário, pode perder em engajamento e até em credibilidade perante ela.

Imagine, por exemplo, que você está ministrando um curso online para advogados recém formados e então começa a usar gírias e regionalismos que não tem nenhuma relação com seu tema e não agregam nada para o conteúdo.

Ou, que você está ensinando geografia para uma turma de ensino médio e começa a usar palavras muito complicadas ou jargões da profissão. Isso, além de fazer com que seu vídeo fique chato e complicado de compreender, te faz perder em seriedade e coloca sua autoridade à prova.

Portanto, sempre que for escrever um roteiro, antes de começar, pense em quem é o seu público e veja as melhores formas de se comunicar com ele. Não precisa forçar a barra – como ficar usando bordões e memes de forma exagerada só porque você está falando com adolescentes – mas é bom tentar trazer parte da realidade da audiência para seus vídeos. Isso vai facilitar a comunicação e a compreensão do conteúdo como um todo.

O passo mais importante é começar a escrever. Muitas pessoas ficam tempo demais presas ao planejamento e outras etapas e esquecem de realmente colocar a mão na massa.

Apenas escrevendo você poderá ter uma noção real de como seu roteiro está se desenvolvendo e, então, fazer os ajustes necessários para ter um excelente resultado final.

Você pode começar fazendo um rascunho básico das suas ideias e depois ir acrescentando detalhes aos poucos, a medida que seu roteiro for amadurecendo. Lembre-se apenas de ser organizado e manter uma estrutura desde os primeiros rabiscos. Isso vai facilitar muito sua vida na hora de escrever a versão final e evitar que você cometa erros de sequência, que podem atrapalhar sua gravação.

E para te incentivar a começar, a seguir temos algumas dicas de softwares de roteiro que você pode utilizar:

Softwares de roteiros

Existem programas especiais para quem precisa criar roteiros e nós vamos te apresentar alguns deles. Vale apenas ressaltar, desde já, que eles são softwares profissionais, que facilitam a escrita, mas seguem os padrões adotados em grandes produções, então isso pode ser um problema.

Celtx: Uma ferramenta em português, com algumas funcionalidades gratuitas, que pode te ajudar na hora de escrever roteiros profissionais.

Final Draft: Considerado por muitos como o melhor programa para criação de roteiros, o Final Draft possui muitos recursos de edição e escrita. Porém, ele é um software bem mais caro e não possui versão gratuita (e nem em português).

Scrievener: Outro editor de textos cheio de funcionalidades que pode atender muito bem. É uma alternativa aos mais populares Celtx e Final Draft.

Se você quer trabalhar com um roteiro mais simples, a sugestão é que utilize editores de texto comuns. Você pode usar por exemplo o Word, que oferece infinitas opções de formatação, ou o Google Docs, que é um editor totalmente online.

Se possível, também cronometre o tempo que você gastou na leitura, para que seja possível ter uma ideia de qual será a duração aproximada do vídeo. Isso vai ajudar a não ter surpresas na hora da gravação e edição dos vídeos.

Audiodescrição de eventos

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade, um instrumento poderoso de inclusão social, cultural e de sensibilização do público com deficiência visual, seja em espetáculos de teatro, dança, musicais, óperas, no cinema, em exposições e até mesmo em eventos sociais como casamentos, dentre outras celebrações. Dependendo do tipo de produto audiovisual, pode-se fazer audiodescrição gravada ou ao vivo.

Considerando-se as diferentes linguagens, os diversos contextos e condições de produção da audiodescrição, o profissionalismo e a qualidade do serviço oferecido devem ser, sempre, assegurados mediante determinados fatores e aspectos específicos preponderantes. Em cada uma das modalidades da audiodescrição.

Para compor um espetáculo o iluminador cria efeitos e jogos de luz e o compositor os arranjos e nuances da trilha sonora, assim como o coreógrafo desenha e planifica os movimentos do corpo no espaço.

Em todas as sessões de um espetáculo de teatro, música ou dança, há um técnico pronto para operar, a partir de um roteiro, os mecanismos que acionam a projeção da luz ou a mudança de foco, em dado momento, para cada encenação. Com a trilha musical e os efeitos sonoros ocorre o mesmo. Sempre vai haver um técnico de som no teatro operando estes equipamentos.

Com efeito, a locução da audiodescrição deve ser coerente e condizente com a vivacidade e o dinamismo do trabalho e, portanto, deve ser realizada ao vivo.

A atuação presencial dos audiodescritores responsáveis pela narração da audiodescrição é fundamental para assegurar a eficiência do serviço, contornar os imprevistos, as falhas técnicas, possíveis ajustes no equipamento e evitar eventuais ruídos de comunicação.

Afinal, os artistas em cena são seres humanos e não robôs pretensamente infalíveis. Por mais que um espetáculo seja incansavelmente ensaiado, uma apresentação jamais será igual a outra. Em um evento ao vivo, os artistas são passíveis de cometer lapsos e estão sujeitos aos improvisos, às alterações sutis de ritmo e ainda, aos incidentes que escapam totalmente do controle.

A audiodescrição precisa dar conta de tudo que acontece em cena e, por vezes, para além da cena, como a ocorrência, na plateia, de ações e reações do público, em consequência da obra encenada ou de outros fenômenos de interferência.

Pelo exposto, consideramos inadmissível a prática da audiodescrição gravada em eventos ao vivo, o que representa uma deturpação deste recurso de acessibilidade e uma negligência em relação à formação de plateia.

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora.

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal.

Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. Como o próprio nome diz, um conteúdo audiovisual é formado pelo som e pela imagem, que se completam. A audiodescrição vem então preencher uma lacuna para o público deficiente visual.

O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela.

A audiodescrição permite que o usuário receba a informação contida na imagem ao mesmo tempo em que esta aparece, possibilitando que a pessoa desfrute integralmente da obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, da mesma forma que alguém que enxerga.

As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do filme ou espetáculo, nunca se sobrepondo ao conteúdo sonoro relevante, de forma que a informação audiodescrita se harmoniza com os sons do filme.

A Audiodescrição é um modo de tradução audiovisual intersemiótica (do visual para o verbal), que consiste na técnica de narração realizada por um audiodescritor, que descreve com o máximo de detalhes e sem julgamentos, tudo que acontece nas cenas de uma obra audiovisual, de acordo com os espaços oferecidos entre os diálogos dos personagens, respeitando o roteiro

original, as intenções de pausas, ruídos sonoros e trilhas. Um recurso de acesso e autonomia para pessoas com deficiência visual e outros públicos.

De modo a responder ao direito de acesso à comunicação e à informação, portanto, surge uma técnica, e um profissional que a emprega: a áudio-descrição e o áudio-descritor, bem como são desenvolvidas tecnologias para a aplicação dessa técnica. Todavia, a áudio-descrição não é uma descrição qualquer, despreziosa, sem regras, aleatória.

Trata-se de uma descrição regrada, adequada a construir entendimento, onde antes não existia, ou era impreciso; uma descrição plena de sentidos e que mantém os atributos de ambos os elementos, do áudio e da descrição, com qualidade e independência. É assim que a áudio-descrição deve ser: a ponte entre a imagem não vista e a imagem construída na mente de quem ouve a descrição.

Logo, a união dos sentidos se dá por uma ponte em cujas extremidades estão a imagem e a descrição. Essa ponte, o áudio-descritor, vem conduzir a imagem que sem a descrição será inacessível às pessoas com deficiência visual, mas que, com a áudio-descrição, tomará sentido.

A audiodescrição veio para proporcionar um verdadeiro conforto, para mim e para quem estiver me acompanhando. Eu ouço, eu vejo, eu sinto as mesmas emoções que os outros e no mesmo tempo dos outros. E, ao final do evento, posso discutir e comentar com as mesmas informações que os outros tiveram.

Através da descrição de imagens, filmes, eventos e programas diversos, ao vivo, gravada ou simultânea, a audiodescrição é um recurso que está em alta demanda em inúmeros setores da sociedade. Ela avança muito com intuito de atender pessoas com deficiência visual, dando-lhes oportunidade de acesso e permitindo que possam ser incluídas na sociedade por meio da audiodescrição.

Descrever nos mínimos detalhes cenas do cotidiano, eventos, filmes, teatro, enfim, tudo que for necessário para transmitir a quem não consegue enxergar por meio da transformação de imagens em palavras. Isso permite à pessoa com deficiência, participar, ter acesso, idealizar em sua mente um ambiente, uma foto, um espetáculo. Trazer um olhar diferenciado através das palavras

O consultor é uma pessoa com deficiência visual, que com conhecimento do recurso, avalia, revisa e valida o trabalho. Assim sendo, a qualidade da audiodescrição fica de acordo com a necessidade do público alvo, gera oportunidade de trabalho também para pessoa com deficiência, proporciona acesso à cultura com igualdade diante dos demais na plateia, seja em espetáculos, produtos audiovisuais, casamentos, palestras ou nos mais variados tipos de eventos, situações de trabalho, estudos ou lazer.

Sentir a emoção de estar incluído na sociedade, tendo acesso de fato ao que ocorre ao seu redor, não tem preço! Somente quem necessita pode descrever a importância desse recurso. Haverá um dia em que audiodescrição será tarefa normal em todas as esferas da sociedade.

A audiodescrição (AD) é a transformação de imagem em texto, realizada em cinema, televisão, peças teatrais, exposição em museus, cujo fim prioritário é tornar acessíveis esses eventos culturais às pessoas com deficiência visual, mas também beneficia outros públicos, como por exemplo, pessoas com deficiência intelectual.

O trabalho da AD consiste na elaboração de um roteiro e, posteriormente, na sua narração por um locutor em um canal de som complementar ao canal principal do evento cultural.

Foi publicada no Diário Oficial do Estado, que circulou no dia 4 de novembro, a Resolução nº 4.358/2015, que inclui nos eventos especiais realizados na Assembleia Legislativa de Mato Grosso o recurso denominado audiodescrição. Este recurso é capaz de fazer com que as imagens falem às pessoas que têm deficiências visuais por meio da voz do audiodescritor.

“Trata-se de um serviço de tecnologia que consiste na identificação e locução de elementos visuais essenciais à compreensão e apreciação das imagens presentes em obras teatrais, cinematográficas, televisivas, literárias, jornalísticas, científicas, artísticas, culturais, entre outros, destinada, principalmente, às pessoas com deficiência visual, com dislexia, analfabetas, ou que não dominem o idioma em que um filme ou programa está sendo exibido

Estudo e Roteiro: Um audiodescritor-roteirista especializado estuda a obra a ser descrita e produz um roteiro com os textos a serem narrados. A criação do roteiro é um trabalho delicado e subjetivo, que deve seguir padrões e técnicas internacionais estabelecidas em países onde a audiodescrição já está normatizada.

As falas audiodescritas acontecem entre falas do áudio do filme, então, para que haja no roteiro a indicação exata de onde cada fala deve ser encaixada no áudio original do filme, é necessário que o audiodescritor trabalhe a partir de uma cópia do filme com Time Code aparente (referência de tempo que sincroniza áudio e vídeo).

Se o roteiro for realizado por mais de um audiodescritor-roteirista (caso de trabalho realizado com prazo curto), um revisor especializado deverá uniformizar a linguagem e o vocabulário;

Ensaios e ajustes: Depois do roteiro pronto, o ator-audiodescritor deverá ensaiar a colocação das falas narradas nos locais previamente escolhidos. Este é o momento onde ocorrem pequenos ajustes de tempo ou a troca de uma palavra por outra para que a descrição fique adequada.

Gravação: Com o roteiro pronto e já tendo ensaiado, o ator-audiodescritor entra em estúdio, acompanhado de um diretor de gravação e do técnico em gravação, para executar a gravação das descrições contidas no roteiro.

Sincronização: O arquivo de áudio extra, contendo a audiodescrição, é editado e mixado na banda sonora original do filme ou programa, no caso da televisão e do DVD, e por meio de um canal extra de áudio. No caso do cinema, o arquivo de som é transmitido para fones de ouvido, para que essas informações complementem o som original do filme.

Execução feita ao vivo: A execução da audiodescrição ao mesmo tempo em que a obra é exibida. Nesse tipo de audiodescrição, feito em cinemas e teatros, o equipamento utilizado é o mesmo que o da tradução simultânea. Os atores-audiodescritores ficam em cabines narrando nos microfones e o som é transmitido para os usuários através de fones.

A sessão de filme ou peça transcorre normalmente, sem interferência para o restante do público. O som original do filme ou da peça é captado pelo usuário de audiodescrição pelo próprio sistema de som da sala de cinema ou voz dos atores no palco, e o conteúdo audiodescrito, pelo fone de ouvido.

Treinamento: Para que o resultado seja satisfatório, o profissional que faz a audiodescrição simultânea deverá ter como base um treinamento específico.

A audiodescrição é considerada uma tradução intersemiótica, onde um signo visual é traduzido para o verbal, a recepção é feita por meio de voz gravada, narrada ou sintetizada, permitindo assim que pessoas cegas e com baixa visão

tenham acesso ao conteúdo de diversos produtos visuais, sejam eles estáticos ou dinâmicos.

De maneira bem objetiva, a audiodescrição é a tradução das imagens em palavras. Todo produto que puder ter a imagem traduzida em palavras pode ser audiodescrito: filmes, peças de teatro, ópera e musicais, dança, eventos esportivos e culturais.

Estudos validam benefícios para as pessoas com espectro autista e para as pessoas com dificuldade de atenção.

Gestos, cores, formas e tudo o que for relevante para a compreensão de determinada obra são traduzidos ao olhar atento do audiodescritor para que a pessoa com deficiência tenha condições de igualdade para opinar, decidir e até adquirir algo que seria impossível sem o recurso acessível.

Traduzir com fidelidade aquilo que ele vê, detalhar sem opinar e com objetividade. Avaliar se aquela informação é relevante ou não para a compreensão do contexto.

O cego de nascença, o que perdeu a visão jovem, o adulto e o que tem baixa visão.

Uma boa audiodescrição sempre começa com um bom roteiro e uma ótima revisão, feita por outro audiodescritor e um revisor audiodescritor com deficiência visual.

O audiodescritor utiliza de técnicas aprendidas e habilidades individuais: bom vocabulário, facilidade para escrever frases bem encadeadas, fluentes e sem entaves sonoros perceptíveis na hora da recepção.

Uma boa audiodescrição deve priorizar a tradução com riqueza de detalhes do que é visto, porém, sintetizada, para que não seja cansativa.

Se for narrada, que seja por um bom narrador, com boa dicção, sem interpretação, mas com entonação adequada a cada produto.

Se for gravada, que seja com uma qualidade técnica no mínimo boa e com bons aparelhos receptores, sem interferências.

Em espetáculos (como teatro, dança e óperas), trabalhamos assistindo ensaios, conversando com os atores, bailarinos, diretor, figurinistas e cenógrafos.

O detalhamento se torna necessário: descrever o local do evento, o palco, cenários, figurinos, tecidos utilizados, iluminação, tornar o convite do evento acessível, com descrição das imagens contidas em e-flyers.

Todo esse trabalho passa despercebido porque acontece muito naturalmente na hora da apresentação, mas requer muito tempo de preparo.

A narração é sempre presencial, ao vivo, pois pode haver um improviso.

No caso de roteiros para filmes, como não há cenas improvisadas, podem ser gravados e o roteiro recebido por fones de tradução simultânea ou aplicativos.

Não basta usar termos como vira, gira, roda, salta, você tem que pesquisar muito sobre o que o coreógrafo quis transmitir.

Por isso, nessa situação, um consultor bailarino é imprescindível.

Nas redes sociais: postou foto ou imagem? O que você vê? Simples assim:descreva para quem não vê.

O computador e o celular fazem parte do nosso dia a dia, e mais ainda, como um facilitador das pessoas com deficiência visual.

A acessibilidade digital é feita por meio de dispositivos, como hardwares e softwares de voz.

Acontece que o leitor de voz utilizado pelos cegos, Jaws, Dosvox, NVDA e outros, não leem imagens, então, se tiver algum conteúdo escrito inserido dentro de uma imagem, o cego não terá acesso, assim como fotos e qualquer outro tipo de imagem.

Procure fazer uma breve descrição, traduza o que acontece na cena.

O Facebook já utiliza de inteligência artificial para descrições, mas ainda são muito básicas.

Antes de iniciar a palestra, apresente-se ao microfone e fora do microfone. Assim, o público cego saberá onde estão localizadas as caixas de som;

Se o palestrante sabe que o evento terá audiodescrição, disponibilize o material antes para o audiodescritor;

Outro detalhe importante é dar uma pequena pausa entre um slide e outro para que o audiodescritor tenha tempo de descrever as imagens;

Se não tiver o recurso audiodescrição, o próprio palestrante pode descrever as imagens de maneira simples

A audiodescrição (AD) é um recurso onde imagens são descritas em palavras para que informações transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão.

O Ministério das Comunicações define audiodescrição como a “narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual.”

A técnica permite que pessoas com cegueira tenham acesso à televisão, ao DVD, ao cinema e a diversas manifestações culturais, como espetáculos de dança e óperas. No caso da televisão, a audiodescrição deve ser inserida em um canal de áudio diferente do programa para que apenas seja escutada por quem deseja utilizar o recurso.

A audiodescrição é tão antiga quanto a cegueira. Pessoas com deficiência visual sempre dependeram de familiares e amigos que se dispusessem a realizar a descrição do ambiente onde a pessoa se encontra, das características físicas das pessoas em volta, das ilustrações de um livro, das cenas de um filme ou de uma peça de teatro.

A audiodescrição é a profissionalização desse “contar o que se está vendo”. A descrição objetiva dos elementos visuais é o que vai permitir a inclusão de pessoas com deficiência visual na vida cultural.

Além do acesso, esse recurso gera autonomia, uma vez que a pessoa deixa de depender de seus acompanhantes para participar de qualquer atividade cultural.

A audiodescrição normalmente é desenvolvida por uma equipe que conta com um audiodescritor roteirista, que desenvolve o texto e determina os pontos de inserção das descrições (a audiodescrição não pode colidir com os diálogos de um filme, por exemplo); um audiodescritor narrador, que deve fazer a locução desse texto de maneira clara e discreta; um técnico de áudio, responsável pela gravação, pela edição e pela mixagem da audiodescrição com o áudio original do programa; e um revisor, que deve ser uma pessoa com deficiência visual que avalia a clareza das informações e a qualidade geral do trabalho. Hoje em dia existem diversos cursos preparatórios no Brasil.

O público preferencial da audiodescrição é aquele constituído por pessoas com deficiência visual. No entanto, existem ainda outros grupos que podem se

beneficiar desse recurso. É evidente, por exemplo, seu potencial como ferramenta de apoio a pessoas com dificuldade de aprendizagem ou alguma deficiência intelectual.

Nesse caso, a audiodescrição contribui com o processo de percepção, compreensão e fixação das informações mais importantes. Espectadores videntes também podem tirar proveito da audiodescrição.

A maioria das pessoas tem por hábito deixar a televisão ligada enquanto estão ocupadas com outras atividades, como cozinhar, costurar, comer, passar roupa, etc. A possibilidade de gravar programas audiodescritos para ouvir em trânsito é também uma possibilidade atraente para esse público.

Não só no cinema. A audiodescrição pode ser aplicada à DVDs, programas de televisão, peças de teatro, fotografias, desfiles de moda, eventos esportivos, slides de power point, casamentos, histórias em quadrinhos, shows de música, espetáculos circenses, exposições, roteiros turísticos... Tudo o que pode ser visto pode ser descrito.

Acredito que somos resultado de nossas experiências, que cada filme que assistimos, cada livro que lemos, cada música que ouvimos contam um pouco da nossa própria história. Pessoas com deficiência, seja ela qual for, não podem ser privadas dessas experiências. A audiodescrição possibilita a inclusão na sociedade através do acesso à cultura, à arte, ao lazer e ao entretenimento.

A acessibilidade cultural chega em busca da igualdade de condições, da liberdade de escolha e do desenvolvimento pleno do ser humano. No entanto, a questão da inclusão social dos cegos não depende apenas da audiodescrição. É preciso que a cidade como um todo seja acessível, para que a pessoa com deficiência visual possa ir e vir com liberdade e autonomia. Piso podotátil, sinaleiras sonoras e, principalmente, uma mudança de atitude por parte da população são alguns dos fatores que poderiam fazer a diferença.

Na verdade, não basta que a sala esteja equipada. Para que as pessoas com deficiência visual tenham acesso ao cinema, três fatores são decisivos: Em primeiro lugar, os filmes precisam ter a audiodescrição. Ou seja, diretores, produtores e distribuidores precisam encarar os recursos de acessibilidade (audiodescrição para cegos e legendagem em português para surdos) como parte do processo de produção de qualquer filme.

Em segundo lugar, as cópias do filme (digitais) devem incluir o recurso em uma faixa de áudio adicional, que será transmitida diretamente para fones de ouvido. Em terceiro lugar entra a adaptação das salas de cinema. O equipamento necessário é idêntico àquele utilizado para transmissão de tradução simultânea: um rádio transmissor que fica na cabine, conectado ao

equipamento de projeção; e receptores e fones de ouvido para os espectadores. Dessa forma, apenas os espectadores que solicitarem os fones ouvirão a audiodescrição, evitando qualquer interferência no som da sala. Ou seja, é preciso que todos os envolvidos no processo tenham consciência da importância desse recurso e de que existe uma fatia de mercado que pode ser contemplada.

Não é verdade que o cego seja um recluso. Diversas pessoas com deficiência visual frequentam cinemas e teatros mesmo sem a audiodescrição. Não compreendem, porém, boa parte das cenas, ou dependem de pessoas que cochichem em seu ouvido as informações visuais mais relevantes. Para as pessoas com deficiência visual, a possibilidade de assistir um filme com audiodescrição abre uma nova porta de comunicação com o mundo.

Isso é o que os espectadores com deficiência visual tem apontado como os maiores benefícios: a autonomia, a liberdade de escolha, a possibilidade de compartilhar momentos de lazer com os familiares e amigos e a verdadeira inclusão na vida cultural da nossa sociedade.

As pessoas com deficiência não mais aceitam ser discriminadas ou vistas com base em uma de suas características. Por isso, fazem ouvir a sua voz nos mais diversos âmbitos sociais, reivindicando os seus espaços e consolidando as suas conquistas, fundamentando-se numa base justa e ética de igualdade de direitos e oportunidades.

A consciência crítica de uma sociedade que se transforma para a inclusão vem emergindo e se reflete no que está registrado em vários documentos internacionais sobre direitos humanos, que afirmam os direitos dos alunos com deficiência à participação em escolas comuns ou regulares, impedindo que modelos tradicionalistas coloquem a escola a serviço de uma manutenção da exclusão por razão de deficiência.

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, consagra o princípio da igualdade de direitos entre os homens: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

A propagação desses direitos dar-se-á tipicamente no âmbito do sistema educacional como afirma o artigo 26 dessa mesma declaração:

l) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26, grifo nosso).

A seu turno, o texto da Declaração Universal dos Direitos do Deficiente traz no item no. 10: “As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamento de natureza discriminatória, abusiva ou degradante” (Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975, item 10).

Já a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 5º o., determina: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)” E no artigo 206, a Carta Magna de 1988 afirma: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola(...)” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigo 206, item II).

Reforçando esse conjunto de documentos legais que versam sobre igualdade de oportunidades sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069) é bastante enfático no que tange a garantia de direitos fundamentais da criança, afastando-a de toda forma de negligência, inclusive a da não oferta de acessibilidade a informação/comunicação.

Artigo 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Em consonância com o ordenamento jurídico supracitado, a Assembléia Geral da ONU aprovou o documento “Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência” (1996), que diz:

As autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar.

A educação em escolas comuns pressupõe a provisão de intérprete e outros serviços de apoio adequados. Serviços adequados de acessibilidade e de

apoio, projetados para atender às necessidades de pessoas com diferentes deficiências, devem ser prestados.

Essa Declaração estampa, com clareza solar, que dentre os “serviços adequados de acessibilidade e de apoio” à pessoa com deficiência estão a acessibilidade à informação/comunicação, sem o que os alunos com deficiência não têm equiparadas as condições que lhes permitirão galgar os níveis mais superiores da educação.

Na esteira do entendimento de que é devido às crianças às condições que lhes permitam aprender em mesmo ambiente com seus pares, em pé de igualdade, a Declaração de Salamanca traz no seu item no. 2:

d) (...) Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

e) Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.” (Declaração de Salamanca, 1994, item no. 2).

Mais recentemente, consolidando o que aqui já foi exposto, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada dia 9 de julho de 2008, afirma, em seu Artigo 24, que “As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.”

Essa previsão legal corrobora a anterior, lei maior da educação brasileira, a LDB que assim reza:

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Sobre o alicerce legal, hora construído, resta claro que as crianças têm direito a receber a educação condizente com suas necessidades educacionais, em ambientes inclusivos, com a equiparação das condições de aprendizagem; que é dever do Estado prover os recursos para que as crianças possam desfrutar do direito à educação, possibilitando o acesso à comunicação, à informação e ao conhecimento, conforme suas necessidades e potencialidades.

Como podemos depreender, fica evidente que as crianças são dotadas do direito à informação/educação desde o zero anos, direito esse devido a todas as pessoas.

Negligenciar, pois, a oferta de recursos assistivos, tais como a comunicação facilitada, para pessoas com autismo, a interpretação em Libras, para as pessoas surdas, e a áudio-descrição para as pessoas com deficiência visual constitui flagrante afronta a nossa Carta Maior, bem como clara discriminação por razão de deficiência (Lei 3956/2001). Simplesmente porque essa negligência leva a criança com deficiência a uma situação de incapacidade para o aprender; limite para o seu lazer e impedimento ao conhecimento de forma geral.

Psicólogos, educadores, família, cuidadores das crianças, de há muito perceberam a importância das imagens na educação das crianças pequenas. É por intermédio da observação de configurações bidimensionais planas, desenhos, fotos etc., que se pode trazer um mundo intangível, invisível e mesmo inaudível às crianças pequenas.

Com as imagens se pode mostrar a neve à criança, mesmo ela estando à beira da praia no nordeste brasileiro, assim como se pode, por imagem computadorizada, mostrar um bebê na barriga da mãe, revelando se ele é menino ou menina. Também são pelas imagens saídas do pincel de um artista, que se pode ter acesso a um mundo construído (não necessariamente real),

pela capacidade humana de produzir representações mentais, sejam originárias da imaginação, propriamente dita, da optificação, ou originárias de representações mentais (Lima,1998) feitas pelas pessoas cegas congênitas totais , por exemplo.

A técnica tradutória da áudio-descrição, recurso assistivo de incontestável relevância para inclusão da pessoa com deficiência visual é um gênero textual, cujas diretrizes incluem procedimentos desde a sua produção até a oferta do serviço ao público cliente. Essas diretrizes versam a respeito de como lidar com o público com deficiência visual, do atendimento a ele devido; da atenção para com suas necessidades de pessoa com deficiência; do respeito à idiosincrasia de cada um dos clientes etc (Lima et al, 2010).

Enquanto tradução visual, a áudio-descrição não é áudio, embora mantenha relação semântica com este, e não é descrição, embora traga da descrição constructos que servirão para essa técnica tradutória.

Na união da descrição com o áudio, na áudio-descrição, o visual descrito/narrado, é significativamente diferenciado da descrição, tanto pela intenção comunicativa, como pela natureza eminentemente garantidora de direito à informação e/ou comunicação às pessoas com deficiência visual.

A áudio-descrição traduz as imagens e outros eventos visuais intangíveis, inaudíveis, inodoros à percepção da pessoa com deficiência visual, em palavras a serem ouvidas diretamente pela fala de um locutor; pela leitura sintetizada de um leitor de telas; pela comunicação oral de um professor que lê, ao seu aluno, a áudio-descrição contida num livro; pela própria leitura do estudante que tiver a áudio-descrição em Braille, em seu livro; pelo aluno com deficiência visual da áudio-descrição, escrita em Braille; ou mesmo pela leitura do próprio áudio-descritores que, em um cinema, por exemplo, pode ler as legendas de um filme em língua estrangeira etc.

O empoderamento do sujeito com deficiência visual é meta na áudio-descrição, e não uma mera descrição ou narração do evento.

A áudio-descrição é nova no Brasil, e sua produção, oferta e recepção resultam de esforços de valorosos áudio-descritores.

Entretanto, são incipientes, em nosso país, os estudos a respeito de sua produção, provisão e implicação educacional, no sentido mais estrito; e social, num sentido lato.

As pesquisas a respeito de como as pessoas com deficiência visual compreendem os eventos visuais, de como as representações linguísticas melhor traduzem as imagens etc. precisam ser levadas em consideração, embora muito pouca literatura esteja disponível em língua portuguesa, o que requererá esforços, mormente de apoio à pesquisa para que esses estudos sejam produzidos e divulgados, no Brasil, junto à comunidade educacional, entre os professores, entre o público alvo (as próprias pessoas com deficiência visual têm muito pouco acesso à informação de como as imagens são processadas, de como podem valer-se das convenções visuais para uma interação social com os videntes etc).

Em nosso país, é crime negligenciar as crianças, negando-lhes a educação, a qual deve ser oferecida com qualidade e igualdade de acesso a todas, desde zero ano.

Nossa Constituição define o lazer como um dos direitos da pessoa, sendo vedado discriminar a quem quer que seja, sob qualquer argumento, ao acesso desse direito ou de qualquer outro. Internacionalmente, a criança é protegida por Convenções as quais o Brasil está obrigado a obedecer, como por exemplo a Convenção sobre os direitos da pessoa com Deficiência, que passou a vigorar no país como Emenda Constitucional, em julho de 2008.

As crianças são dotadas de todos os direitos e estão, portanto, protegidas de toda forma de negligência ou afronta à sua dignidade.

Garantir às crianças com deficiência visual o direito à informação, à educação e ao lazer são preceitos constitucionais que a sociedade deve observar, sendo o Estado responsável e devendo ser responsabilizado, caso não respeite tais direitos.

A áudio-descrição é uma das formas de oferecer acessibilidade comunicacional, acesso à informação, à educação, à cultura e ao lazer à pessoa com deficiência visual, seja ela adulta ou criança.

Definições e conceitos de audiodescrição

No campo das Letras: audiodescrição é uma modalidade de tradução semiótica que consiste em transformar o visual em verbal.

No campo da Comunicação: a audiodescrição tem a finalidade de transformar uma mensagem transmitida pelo emissor de forma visual, de modo que faça o mesmo sentido para o receptor que a recebe de forma audível.

Na Cultura: audiodescrição é a arte de descrever imagens por meio das palavras.

Para as Pessoas com Deficiência: audiodescrição é uma tecnologia assistiva, um recurso de acessibilidade que permite ouvir o que não pode ser visto, compreender o que não pode ser compreendido sem o uso da visão.

As primeiras iniciativas aconteceram em peças de teatro, logo em seguida o cinema, pouco mais tarde a televisão.

Quase diariamente profissionais da audiodescrição descobrem mais e mais situações em que o recurso pode, e deve, estar presente de modo a permitir a inclusão da pessoa com deficiência:

Artes Plásticas: museus, galerias de arte.

Educação: salas de aula, congressos, seminários, palestras.

Eventos Esportivos: em todas as modalidades esportivas, incluindo Olimpíadas, Paralimpíadas e Copas do Mundo de Futebol.

Eventos Religiosos: missas, casamentos.

Festas: carnaval, desfiles militares, festas de São João.

Filmes: em todos os tipos de filmes e documentários, de curta ou longa-metragem, em salas de cinema ou em casa.

Internet: fotos, gráficos, ilustrações, vídeos publicados em sites.

Publicações: livros, apostilas, folders.

Teatro: em todos os tipos de encenações realizadas ao vivo como peças, dança, musicais, circo.

televisão: em todos os tipos de programas e peças publicitárias, gravados ou ao vivo.

Tipos de audiodescrição

Gravada: aplica-se nos casos em que o produto audiovisual é pré-gravado, como no cinema e na TV. A narração é inserida entre os diálogos e mixada ao áudio original na fase de pós-produção.

Ao Vivo Roteirizada: é utilizada em eventos previamente ensaiados, como espetáculos de teatro, dança e circo. O roteiro é desenvolvido com

antecedência e a narração é transmitida ao vivo por um audiodescritor narrador presente no local da apresentação. É recomendável que o audiodescritor narrador também tenha capacitação na elaboração de roteiros de audiodescrição para que possíveis situações de improviso sejam adequadamente descritas.

Ao Vivo Não Roteirizada: Nas situações em que não é possível a elaboração prévia de um roteiro. Nestes casos, a audiodescrição é realizada de improviso, à medida que o evento acontece.

O audiodescritor narrador deve estar presente no local da apresentação, sendo indispensável que também tenha capacitação e experiência na produção de roteiros de audiodescrição.

A áudio-descrição, uma forma de tradução visual semiótica, que traduz imagens em palavras, é hoje, compreendida como uma das mais importantes ajudas técnicas (tecnologia assistiva) para dar à pessoa cega ou com baixa visão, a acessibilidade comunicacional aos eventos visuais. Com a áudio-descrição, na escola, por exemplo, as imagens contidas nos livros didáticos passam a oferecer conhecimento para os alunos com deficiência visual; no cinema ou na TV, os filmes passam a ter mais sentido e, em um passeio, as paisagens passam a ser melhor percebidas.

Semelhante a uma descrição, a áudio-descrição, porém, difere daquela técnica de redação, acima de tudo por ser empoderativa da pessoa com deficiência, coisa que a descrição, mesmo quando lida em voz alta, não tem tal objetivo.

E isso é preciso ser bem entendido.

O que distingue a áudio-descrição de uma descrição não é, como o menos avisado pode pensar, o fato de na áudio-descrição a tradução do evento visual ser falada, locucionada, narrada, enquanto na descrição, a via de acesso seria a leitura do texto escrito.

A distinção reside no fato de na áudio-descrição, a tradução visual de um evento imagético ser feito em palavras, locucionadas, escritas ou sinalizadas, por exemplo, e ter como objetivo empoderar a pessoa com deficiência na aquisição da informação imagética daquilo que ele ou ela não pode deduzir das informações sonoras, quando de um filme ou peça teatral, do que tocou, quando da observação háptica de um objeto tangível etc.

Em simples palavras, a áudio-descrição não é descrição.

Noções básicas:

Existem técnicas básicas para a áudio-descrição.

- Usar das pausas Naturais da banda de áudio para inserir descrições de elementos visuais, como ações, configurações, aparecimento de personagens, linguagem corporal, figurinos, iluminação, e texto (legenda) na tela.
- Oferecer boa descrição quando indicações audíveis não forem oferecidas.
- Descrever o que é visto e não interpretar. Tentar descrever objetivamente.
- Manter linguagem consistente.
- não censurar o material.
- Fornecer um script e gravação separados para cada faixa de áudio.
- Se possível, permitir que a voz do locutor complemente o vídeo. Um tom adequado de locução deve ser utilizado com base na leveza do tema. Se possível, use uma voz para complementar o tema a ser Áudio-descrito.
- Recomenda-se um indivíduo formado em áudio-descrição para fazer a locução e / ou produzir as descrições.

Nas produções audiovisuais, onde há outros elementos sonoros como falas de personagens e trilha sonora, a descrição dos elementos é inserida de forma que aproveite momentos em que não há esses elementos sonoros, necessários ao entendimento do filme ou da peça de teatro.

Geralmente existem poucos momentos com essa característica nos filmes, o que faz com que o audiodescritor tenha que definir o que deve ser priorizado durante a audiodescrição. A definição de priorização do que deve ser descrito depende muito da subjetividade do audiodescritor, mas existem pesquisas que apontam os elementos que devem ser priorizados. Segundo Casado (2007a) e Hurtado (2007), os elementos que devem ser audiodescritos são divididos em elementos visuais não verbais e visuais verbais. Entre os elementos visuais não verbais estão:

Personagens (figurino, atributos físicos, expressões faciais, linguagem corporal, etnia e idade);

Ambientação (elementos espaciais (localização espacial dos personagens) e elementos temporais (localização temporal dos personagens, momento, hora do dia, ano, mês, uma semana depois, outro dia, etc.));

e Ações.

Já entre os elementos visuais verbais estão:

Didascálias (utilizadas no cinema mudo como forma de suporte ao diálogo ausente, para acrescentar informação complementar ao relato ou como forma de separação entre sequências);

Títulos (podem ser de crédito para marcar o final do filme ou de uma parte);

Legendas (usadas para incluir a banda sonora original ou algum fragmento sem uso da dublagem);

Escritos diversos (diegéticos, pertencentes à história narrada (nomes de restaurantes ou de ruas onde se desenvolve a ação, títulos de livros lidos por personagens, cartas ou mensagens) ou não diegéticos, exteriores ao mundo narrado, mas que informam sobre este.)

A autora indica ainda quando se deve descrever estes elementos:

- 1) A descrição deve ser inserida, sempre que possível, entre os diálogos;
- 2) Só deve sobrepor os diálogos não importantes ou legendados, que serão narrados, e apenas para dar informações muito relevantes;
- 3) Durante o filme pode sobrepor letras de músicas e efeitos sonoros se nem a canção nem o som sobrepostos forem relevantes para o entendimento do filme e se a audiodescrição for necessária.

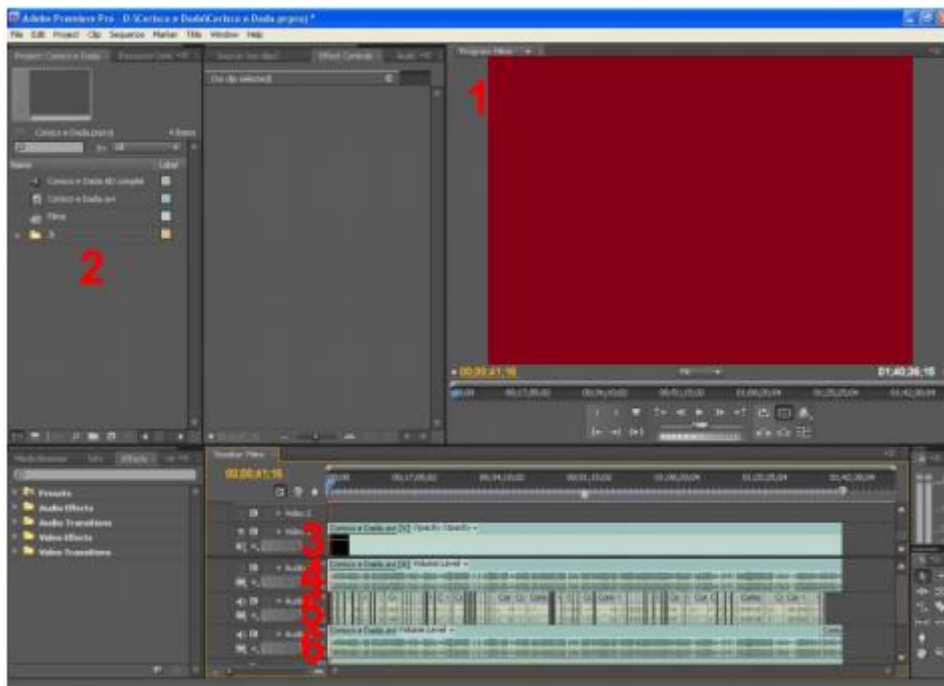
O áudio da audiodescrição já editado é então importado para o Adobe Premiere, programa de edição de vídeo, também do pacote CS4 da Adobe. Este áudio é colocado sobre o áudio original do filme, que às vezes também precisa passar por uma edição se o volume estiver muito alto. A figura ilustra a manipulação destes áudios.

A marcação 1 identifica onde o vídeo é mostrado.

A marcação 2 mostra a lista de arquivos disponíveis para manipulação no Premiere, entre eles estão o vídeo e o áudio originais do filme e o áudios da AD.

Em 3 e 4 são mostrados o vídeo e o áudio originais do filme, respectivamente. Em 5 está o áudio da audiodescrição e em 6 está o áudio original do filme editado, com volume reduzido, para receber a AD.

A redução do volume do áudio original às vezes se faz necessária para evitar que este se sobreponha ao da AD. Três arquivos são exportados deste programa: o vídeo do filme, o áudio original do filme e o áudio original editado junto com a narração da AD.



O principal objetivo ao se audiodescrever um filme é permitir que o deficiente visual perceba coisas relevantes ao enredo do filme, as quais ele não pode perceber apenas através dos efeitos sonoros e das falas dos personagens. Audiodescrever qualquer cena por completo é uma tarefa impossível.

O audiodescritor precisa fazer escolhas e tomar decisões que reduzam ao máximo as perdas sofridas pela deficiente visual em relação ao entendimento do filme. Para isso ele deve ter um entendimento sobre a história contada e selecionar o que será audiodescrito com base na importância daquele objeto, figurino ou personagem, não apenas para a cena em questão, mas para o entendimento do filme como um todo.

Para isso ele deve aproveitar ao máximo não apenas a ausência de falas ou os efeitos sonoros que possibilitam a inserção do áudio da AD. O audiodescritor deve estar ciente de que as próprias falas dos personagens e outros elementos sonoros podem, por si só, levar o deficiente visual a inferir muito do que se passa visualmente.

O contrário também pode acontecer, uma fala pode estar tão dependente de elementos visuais da cena que a torna também dependente de uma descrição. Além de decidir o que deve ser descrito é necessário decidir o vocabulário utilizado.

No caso do filme Corisco e Dadá, por se tratar de um filme cujas falas estão repletas de vocabulário do universo do cangaço, foi possível utilizar alguns destes vocabulários na AD, como “bando” e “volante”.

O processo de audiodescrever um filme tem seu lado técnico também. Saber utilizar alguns dos programas mencionados no capítulo de metodologia, como o subtitle workshop, pode facilitar o processo de elaboração de um roteiro de AD. O roteiro poderia ser feito em editor de texto como o MS Word, mas foi utilizado o subtitle workshop por ser um software gratuito e que permite uma marcação dos tempos de cada descrição mais precisa, além de permitir o acesso ao filme e ao áudio durante todo o processo.

O desinteresse da classe artística é um fator crucial que precisa ser trabalhado para promover avanços significativos no acesso às pessoas com deficiência à cultura, segundo a especialista.

Musicista e professora de teatro, e o que vejo é um esforço da Secretaria de Cultura para tornar os espetáculos acessíveis, mas os artistas fazem só pra cumprir tabela.

Muitos espetáculos realizados na capital fazem audiodescrição com profissionais sem qualificação e acabam "forjando" uma acessibilidade. "É preciso se preocupar até com o horário e o local onde fica o espaço cultural.

A audiodescrição não é a tradução literal do que se vê, explica Clarissa. Descrever uma cena é ser capaz de transmitir também as sensações que ela provoca – os movimentos, as expressões faciais, as roupas, variações de luz e outros detalhes que, para quem enxerga são assimilados automaticamente. Para pessoas com deficiência visual, tudo isso precisa ser narrado.

Com teatro de repertório você consegue se preparar melhor, porque existe todo um processo. Não é simplesmente dizer exatamente o que está acontecendo. Há um estudo de vocabulário, assistir 20 a 30 vezes às cenas para pegar o 'timing' do ator."

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais (peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles, espetáculos de dança), turísticos (passeios, visitas), esportivos (jogos, lutas, competições), acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas, feiras de ciências, experimentos científicos, histórias) e outros, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

A audiodescrição traz a formalidade para algo que era, anteriormente, feito informalmente, graças à sensibilidade e boa vontade de alguns. Isso acontece e acontecia quando as pessoas com deficiência visual, mais curiosas, começavam a fazer perguntas, tirar dúvidas, durante o filme, peças de teatro e

outros tipos de espetáculo. Entretanto, nem todas as pessoas que os acompanham estão preparadas para prestar esse tipo de serviço, e, além disso, essas pessoas também querem assistir o filme ou espetáculo e, ter que dar informações adicionais, pode fazer com que a pessoa perca o fio da meada, deixe de entender determinadas coisas e cenas. Como uma atividade formal, ligada às artes visuais e ao entretenimento, entretanto, é algo bem mais recente, tendo início nos anos 80 nos Estados Unidos e Inglaterra.

O Teatro Vivo foi e continua sendo o primeiro e único teatro brasileiro com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual (audiodescrição, programas em braille e ampliados), pessoas com deficiência física, pessoas obesas e, mais recentemente, para pessoas com deficiência auditiva e surdos (introdução dos espetáculos em LIBRAS e legendas), com apresentações com acessibilidade todos os domingos. A Vivo, em parceria com Secretarias de Cultura, tem contribuído para divulgar a audiodescrição, levando peças, filmes e óperas para serem exibidos em outros teatros pelo Brasil afora. Também o cinema vem se beneficiando com a audiodescrição, em vários países europeus. No Reino Unido, Chapter Arts Center, em Cardiff, foi o primeiro a fazer uso do recurso com tradutores ao vivo. Na França, a Fundação Valentin Haüy também começou a oferecer esses serviços. Na Europa e nos Estados Unidos, já são muitos os filmes que contam com o recurso.

Os audiodescritores precisam de um curso de formação específico sobre o recurso que contemple informações sobre a deficiência visual, definição, histórico e princípios da audiodescrição, noções de sumarização, conhecimento sobre recursos técnicos, locução e, principalmente, atividades práticas. Precisam, também, assistir e ter informações sobre os espetáculos e eventos que serão audiodescritos, antes de fazer a audiodescrição, para se familiarizar com o tema, personagens, figurino, vocabulário específico, autor e cenários. Outro aspecto importante é a elaboração do roteiro para audiodescrição com tudo o que será inserido entre os diálogos, que, no teatro, costuma ser aprovado pelo diretor da peça, o qual verifica a coerência e fidelidade ao tema e linguagem da obra. As informações sobre as cenas não podem expressar opiniões pessoais do audiodescritor.

É, portanto, um trabalho minucioso que exige tempo, dedicação, objetividade e, acima de tudo, preparação. Os feedbacks das pessoas com deficiência visual que já experimentaram o recurso comprovam a sua relevância e eficácia – há um aumento significativo do entendimento, o que contribui para a inclusão social e cultural destas pessoas, ampliando, e muito, suas opções de lazer e cultura.

Um dos recursos de acessibilidade com maior potencial de crescimento e abrangência nos âmbitos cultural e educacional é a audiodescrição. Nos anos 1980, na área da Tradução Visual iniciaram os estudos sobre procedimentos

técnicos que possibilitariam às pessoas com deficiência visual ter acesso ao audiovisual. Atualmente, algumas investigações começam a surgir no sentido de pensar a AD em outras áreas de conhecimento, como a Educação, por exemplo.

A áudio-descrição é dividida em dois modos de acesso: a aberta, onde independente de você “querer” ou não vai assistir a um filme ou a uma peça de teatro com o recurso abertamente, sem precisar usar qualquer aparelho. Já na modalidade de AD fechada o usuário escolhe se quer ou não utilizar a tecnologia assistiva. A forma mais comum em eventos culturais é a AD fechada. O recurso pode ser acessado por meio de aparelhos de tradução simultânea que são distribuídos aos usuários mediante o fornecimento de um documento pessoal. A AD pode estar em peças de teatro, espetáculos ao ar livre, em visitas a museus, etc.

Um outro meio de se acessar a AD atualmente é por meio dos apps nos smartphones, onde o arquivo que contém a AD pode ser baixado antecipadamente e quando vamos assistir a um filme, por exemplo, basta sincronizar com o áudio do sistema de som das salas de cinema. Cabe ressaltar que estes apps estão disponíveis tanto para iOS como para Android. A AD pode ser acessada também através da sua TV.

Para tanto, entre nos menus de idiomas da sua TV e, além do português e Inglês, estará disponível em uma das demais faixas de áudio a AD. Infelizmente não existe um padrão a ser seguido, uma vez que cada fabricante tem seu próprio layout. Mas atenção: para que você possa assistir a alguma obra com áudio-descrição no conforto da sua casa é preciso possuir uma TV digital já que os aparelhos analógicos não oferecem suporte ao recurso em questão.

De origem americana, a audiodescrição como recurso de acessibilidade foi usada pela primeira vez durante uma apresentação teatral em uma peça realizada no Arena StageTheatre, Washington DC em 1981, resultado do trabalho de Margaret e Cody Pfanstiel. Ainda neste mesmo ano eles fundaram um serviço de audiodescrição que começou a produzir espetáculos por todos os Estados Unidos.

Nos anos seguintes, o recurso se espalhou por diversos países passando a ser utilizado em diferentes meios de comunicação e produtos audiovisuais: rádio, televisão, teatro, cinema e DVD. Em 1983, foi veiculada a primeira audiodescrição em uma emissora de televisão japonesa. Em 1994 a AD chegou à televisão britânica.

No ano seguinte a televisão espanhola também iniciou a transmissão de programas com AD. Atualmente a audiodescrição já está estabelecida como recurso de acessibilidade em vários países da Europa. No Brasil, a

audiodescrição foi utilizada pela primeira vez em 2003 durante o Festival Internacional de Cinema de Filmes sobre Deficiência. Em 2005 foi lançado em DVD o primeiro filme com audiodescrição, Irmãos de fé. Hoje, são sete os títulos lançados no mercado. Nos anos seguintes foram surgindo vários eventos pioneiros nas mais diversas modalidades audiovisuais como O Festival de Cinema de Gramado (2007), Festival Internacional de Curtas-metragens de São Paulo (2006), o espetáculo teatral Andaime (2007), Os Três Audíveis, espetáculo de dança (2008) e a primeira ópera audiodescrita Sansão e Dalila apresentada em 2009 no XIII Festival Amazonas de Ópera.

Todas essas iniciativas ganharam reforço com a promulgação, regulamentação e modificação da lei que trata da acessibilidade (10.098/2000)¹, cujo alcance social vem aumentando gradativamente por meio de mudanças adicionais regulamentadas por normas complementares e decretos, que tornaram obrigatório o uso da AD na televisão, no teatro e cinema.

Tradução audiovisual (TAV) é um termo de existência recente (começou a ser usado a partir dos anos 90) que envolve diferentes modalidades de tradução como dublagem, legendagem, interpretação simultânea, voice over e audiodescrição (GAMBIER, 2003, p.172-175). "Enquanto tradução, suas modalidades envolvem três relações fundamentais: a relação entre o verbal, as imagens e a trilha sonora; entre a língua/cultura de partida e a língua/cultura de chegada e por último, a relação entre o código oral e o escrito" (GAMBIER, 2003 p.172)². Durante um tempo, o termo TAV referiu-se apenas às modalidades de dublagem e legendagem, mas com os avanços de variadas práticas envolvendo tradução e mídias em geral, novas modalidades foram se acomodando sob este conceito, é o caso da audiodescrição.

Deste modo o tradutor ao elaborar o roteiro de audiodescrição se subordina aos limites impostos pelo tempo e pelo gênero do filme. Quanto ao tempo, o tradutor precisa estar atento à extensão das descrições para que elas se encaixem entre as falas dos personagens sem prejudicar seu entendimento. Quanto ao gênero ele precisa adequar a linguagem do roteiro ao tipo de filme: comédia, suspense, ação, dentre outros. Além de observar estes dois limites, o tradutor tem ainda que escolher com precisão os elementos que devem ou não ser descritos, atuando, segundo Snyder (2008, p.195) "como uma câmera verbal, capaz de recontar objetivamente os elementos visuais de uma exposição ou de um programa audiovisual⁶". Essa objetividade ou capacidade de escolher correta e precisamente os elementos a serem descritos, resulta de três habilidades que o tradutor audiovisual deve desenvolver em sua prática profissional: a habilidade de observar, de selecionar e de expressar de forma adequada as imagens que traduz.

A audiodescrição vem sendo aplicada desde os anos 80 em diferentes países da Europa, Ásia e nos Estados Unidos. Dentre os países europeus, a Inglaterra

e a Espanha vêm se destacando nas pesquisas, na produção de produtos com AD, na criação de aparelhos que possibilitam a sua recepção pelo deficiente visual, na formação de audiodescritores e na promoção de eventos sobre a sua prática em que são discutidos os parâmetros de elaboração dos roteiros de AD.

Ciente da necessidade de se promover e implementar o acesso das pessoas com deficiência aos meios de comunicação, bem como ao compartilhamento dos bens culturais socialmente produzidos, é que o Ministério das Comunicações aprovou, em 27 de junho de 2006, a Portaria Nº. 310, a qual define, entre outros, a áudio-descrição como um recurso de acessibilidade que:

[] corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.

As bases jurídicas da Portaria Nº. 310/2006 estão vinculadas à existência de outros documentos normativos que formam o elenco das medidas constitucionais para a áudio-descrição, quais sejam:

Lei Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.);

Decreto Lei Nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004:

Art. 59. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, ledores, guias-intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea.);

Portaria Nº. 466, de 30 de julho de 2008, em cuja redação determinou:

Art. 1º. Conceder o prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Portaria, para que as exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão (RTV) passem a veicular, na programação por elas exibidas, o recurso de acessibilidade de que trata o subitem 3.3 da Norma Complementar no 01/2006, aprovada pela Portaria no 310, de 27 de junho de 2006, ficando mantidas as demais condições estabelecidas no subitem 7.1 da mesma Norma.

Em face do exposto, entendemos que em nosso país já se dispõe de uma gama considerável de ordenamentos legais que justificam juridicamente a prática da áudio-descrição como recurso legítimo de acessibilidade.